



SAÚDE

Brasil é declarado livre do sarampo

Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) reconheceu também o fim da rubéola e síndrome da rubéola congênita. O status de eliminação havia sido perdido em 2019. Para recuperá-lo, o governo intensificou o programa de imunização

» VITÓRIA TORRES*

YouTube/Reprodução



Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) declarou o Brasil livre do sarampo. O país não registra casos desde 2022

Após cinco anos de esforço para reverter a queda da cobertura vacinal, o Brasil voltou a ser considerado livre do sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita. O reconhecimento foi atestado ontem, pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em cerimônia com a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

A trajetória para recuperar esse status de eliminação, perdido em 2019, envolveu uma mobilização para reerguer o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e ampliar a cobertura vacinal, que havia caído drasticamente desde a pandemia. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura da primeira dose da vacina tríplice viral, que protege contra sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 95%, em 2016, para apenas 74%, em 2021. Essa queda contribuiu para surtos de sarampo, especialmente entre 2018 e 2019, que atingiram Amazonas, Roraima e São Paulo, totalizando 39.799 casos e 40 mortes.

Para conquistar novamente o certificado, o Brasil intensificou as campanhas de vacinação e buscou reverter o movimento antivacina que afetou parte da população. Em 2024, a cobertura vacinal voltou a crescer, alcançando 91% na primeira dose e mais de 80% na segunda. “Os últimos anos marcaram a reconstrução do PNI, permitindo ao Brasil reverter a queda na vacinação e sair da lista de 20 países com mais crianças não vacinadas”, afirmou Renato Kfourri, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm).

A recuperação da confiança nas vacinas e a atuação conjunta de instituições científicas e sociedade civil fizeram parte desse progresso. A presidente da SBIIm, Mônica Levi, destacou que, apesar da vitória, a mobilização precisa ser constante. “O sarampo continua

circulando em outras partes do mundo. Perder o certificado novamente seria um retrocesso enorme. Precisamos manter e expandir nossos esforços para garantir que o Brasil se mantenha livre da doença e com boa cobertura vacinal para outras doenças, como a pólio”.

No passado, o sarampo foi uma das principais causas de mortalidade infantil no país. Desde a implementação do Plano Nacional de Eliminação do Sarampo, em 1992, o Brasil passou a ver um controle gradual da doença, sendo reconhecido pela primeira vez pela Opas como livre do sarampo em 2016.

Formas de transmissão

A nova certificação significa que o Brasil demonstrou estar sem transmissão do vírus por mais de um ano. O sarampo é altamente contagioso, e uma pessoa infectada pode contaminar de 12 a 18 outras pessoas. A transmissão ocorre pelas gotículas respiratórias ao tossir, espirrar ou falar. Seus sintomas incluem febre alta, manchas vermelhas pelo corpo e, em alguns casos, complicações graves, como pneumonia, infecções de ouvido e encefalite, que podem levar à morte.

Para garantir que o país permaneça livre da doença, a vacina tríplice viral — que protege contra sarampo, rubéola e caxumba — é oferecida gratuitamente para pessoas de 12 meses a 59 anos no Sistema Único de Saúde (SUS). As crianças recebem uma dose aos 12 meses e outra, aos 15 meses, e quem não completou o esquema vacinal deve buscar regularizar a imunização na fase adulta.

Em nível global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para o aumento dos casos de sarampo, que, em 2023, ultrapassaram os 320 mil. “Precisamos

manter o foco. Se uma pessoa infectada de outro país vier para o Brasil e encontrar alguém que não está imunizado, há o risco de novos surtos”, ressaltou o vice-presidente da SBIIm.

Elefantíase

O país já havia recebido, na segunda-feira, o reconhecimento como país livre da filariose linfática, conhecida como elefantíase, doença que impactava diretamente as populações mais vulneráveis do país. A filariose linfática estava restrita à região metropolitana do Recife, mas agora o

Brasil se junta ao grupo de países que eliminaram a doença como problema de saúde pública.

O diretor da Opas, Jarbas Barbosa, destacou a importância de eliminar doenças que podem ser erradicadas, enfatizando que essa missão vai além dos impactos na saúde. “Eliminar uma doença é um esforço muito grande por conta das relações entre algumas doenças e a pobreza, uma relação de círculo vicioso. São os mais pobres os que mais adoecem e, quando eles adoecem, se tornam ainda mais pobres”, afirmou Barbosa. Ele ressaltou que eliminar essas doenças é também um “imperativo ético e moral”, visto que, ao possuir as ferramentas para enfrentar esses males, a sociedade deve se comprometer em quebrar as barreiras que impedem o acesso à saúde.

A filariose linfática é considerada uma das maiores causas globais de incapacidade de longo prazo. Causada pelo parasita *Wuchereria bancrofti* e transmitida pela picada do mosquito *Culex quinquefasciatus* (popularmente conhecido como muriçoca ou permilongo), a infecção causa edemas graves, levando ao acúmulo anormal de líquidos em áreas como os membros, seios e bolsa escrotal. Esses sintomas, além do sofrimento físico, geram exclusão social e comprometem a produtividade das vítimas, impactando diretamente suas famílias e comunidades.

No Brasil, a filariose linfática persistia como endemia na região metropolitana de Recife, que inclui cidades como Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista. Segundo o Ministério da Saúde, o último caso de transmissão local foi registrado em 2017, e desde então, estratégias de vigilância e prevenção foram intensificadas para garantir a erradicação da doença.

ASSASSINATO EM GUARULHOS

Caso PCC fica em SP, diz ministro

» IAGO MAC CORD*

O ministro da Justiça e Segurança Pública Ricardo Lewandowski descartou, ontem, a possibilidade de federalizar as investigações da execução de Antônio Viniçius Lopes Gritzbach, empresário e delator do Primeiro Comando da Capital (PCC), morto na última sexta-feira, no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Para o ministro, apesar do crime ter sido cometido em área de competência da Polícia Federal (PF), a atuação da PF será apenas de colaboração com as autoridades paulistas. “Ocorre que um réu fez uma colaboração ao Ministério Público de São Paulo e, portanto, a princípio, a competência é da Polícia Civil paulista de investigar esse caso”, declarou Lewandowski a jornalistas após evento no ministério.

Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao comentar

o assunto, criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública por não igualar facções a grupos terroristas. Mesmo tendo apoiado a PEC do governo federal de início, o governador de São Paulo aproveitou o atentado — atribuído ao PCC — para falar que a proposta “não serve para muita coisa, pra não dizer que ela não serve para nada”, durante o evento UBS Investment Managers Forum, que contou com a presença de empresários, no Jardim Paulista (Zona Sul). O político também afirmou que as facções criminosas deveriam ser tratadas como grupos terroristas pela legislação.

“A gente tem que enquadrar o crime organizado, a facção criminosa, como uma organização terrorista. Determinados benefícios não podem ser acessíveis àqueles que fazem parte de facção”, defendeu Tarcísio. No dia seguinte da execução de Gritzbach, no

Divulgação/MJ



Após Reunião com autoridades de Portugal, Lewandowski disse que governo não vai federalizar o caso

sábado (9), o governador havia afirmado que tudo indica que o crime está atrelado ao crime organizado. “Todas as circunstâncias serão rigorosamente investigadas e todos os responsáveis serão severamente punidos. Reforço meu compromisso de seguir combatendo o crime organizado em São Paulo com firmeza e coragem”, disse.

Policiais afastados

Enquanto isso, mais oito policiais militares foram afastados de suas funções, através da força-tarefa chefiada pelo secretário da Segurança Pública de SP, Guilherme Derrite. De acordo com o portal G1, as investigações já aconteciam há mais de um mês, quando a Corregedoria da

PM recebeu denúncias de que os agentes estavam realizando a segurança particular de Gritzbach.

Inicialmente, os quatro policiais militares contratados por Gritzbach para realizar a sua segurança haviam sido afastados e tiveram seus celulares apreendidos.

* Estagiários sob a supervisão de Edla Lula

EDUCAÇÃO

Alesp proíbe uso de celular nas escolas

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, ontem, o projeto de lei que proíbe os celulares nas escolas públicas e privadas paulistas. O Estado é o primeiro no país a ter uma legislação atual nesse sentido, que impede o uso também em intervalos e leva em conta as pesquisas dos últimos anos sobre prejuízo das telas para crianças e adolescentes.

A expectativa é de que a medida seja sancionada em breve pelo governador Tarcísio de Freitas, já que ela foi costurada entre governo e oposição. A votação foi simbólica justamente por esse consenso no assunto. A proibição deve começar a valer no ano que vem.

Projeto de lei com abrangência nacional, com o mesmo objetivo, foi aprovado, na semana passada, na Comissão de Educação da Câmara.